

Howe denuncia manobras de Pretória contra RPM

12-11-85

O Ministro dos Negócios Estrangeiros da Grã-Bretanha, «Sir» Geoffrey Howe, denunciou, num discurso pronunciado sexta-feira no Parlamento, em Londres, as tentativas do regime da África do Sul em minar as condições de segurança da República Popular de Moçambique, conforme o extracto daquela comunicação enviada à nossa Redacção pela representação diplomática britânica, em Maputo.

No mesmo discurso sobre a política africana do Governo britânico, Howe condenou energicamente as recentes incursões das Forças Armadas Sul-Africanas no interior do território angolano e manifestou a disposição do seu governo em continuar a empreender esforços com vista à implementação da Resolução 435 do Conselho de Segurança das Nações Unidas para a independência da Namíbia.

Debruçando-se sobre a situação na África do Sul, o Chefe da Diplomacia britânica considerou haver necessidade de uma «mudança fundamental pacífica».

Fazendo uma referência positiva às decisões tomadas pela Conferência da Commonwealth em Nassau, Bahamas, Geoffrey Howe lamentou o facto de o regime de Pretória haver adoptado mais restrições à Imprensa, desde o final da reunião dos Chefes de Estado e de Governo dos países

da comunidade das nações de expressão inglesa, o que, nas suas palavras, não contribuiu para a promoção de mudanças pacíficas no mais breve espaço de tempo como seria de desejar.

Reiterando indirectamente a posição do Governo britânico de negar a aplicação de sanções económicas mais duras contra a África do Sul devido à política do «apartheid», aquele membro do Governo britânico disse que foi aceite pelos países da Commonwealth e da Comunidade Económica Europeia, de que estes não poderão prescrever fórmulas constitucionais para a África do Sul, mas sim trabalhar no sentido de incentivar o diálogo do regime de Pretória com os legítimos líderes da população negra sul-africana.

A Grã-Bretanha tem sido alvo de violentas críticas por parte dos países subdesenvolvidos da comunidade das nações de expressão inglesa,

sendo acusado de conluio com Pretória ante a sua relutância em aplicar sanções económicas enérgicas contra a África do Sul, sob o pretexto de que estas iriam prejudicar a população negra sul-africana.

Os críticos da posição de Londres sustentam que o Governo do Primeiro-Ministro Margaret Thatcher é reticente em aplicar as sanções apenas para defender os seus interesses económicos na África do Sul e não como atitude de realismo político como tem vindo a defender.

A Conferência da Commonwealth, em Nassau, deliberou constituir um grupo «ad hoc» que deverá esforçar-se por persuadir Pretória a implementar mudanças políticas fundamentais num espaço de seis meses. Se não houver resultados satisfatórios, aquele grupo de países avaliará a situação na perspectiva de adoptar medidas de pressão contra Pretória.

As mudanças esperadas são, nomeadamente, a promoção do diálogo pacífico com os verdadeiros representantes da população negra da África do Sul, o que passa pela libertação de todos os prisioneiros políticos, e a abolição de todas as leis restritivas das liberdades políticas e individuais.